

## Sobre posicionamento do sujeito frente à rotina institucional: o relato de dois idosos

*About the positioning of the subject in relation to the  
institutional routine: the story of two elderly*

Talita Baldin  
Juliana Ferreira Marcolino-Galli

**RESUMO:** A Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI) é uma modalidade de proteção na ausência de programas que mantenham o idoso na comunidade e para os idosos que possuem histórias marcadas por negligências, pobreza, baixa escolaridade e perda precoce dos familiares. Este artigo apresenta o relato de Suzana e Álvaro para iniciar uma reflexão sobre possibilidades de sobrevivências subjetivas, apesar das dificuldades impostas pelo processo de institucionalização. Esses relatos ensinam que a história do sujeito, sua produção dentro da instituição, pode ser ressignificada. A discussão encaminha para a necessidade da preservação de interações, considerando que a linguagem promove mudanças e significações que sustentam o sujeito.

**Palavras-chave:** Envelhecimento; Linguagem; Institucionalização.

**ABSTRACT:** *The long-term care institution for the aged is a kind of protection of the citizen in the absence of effective programs that maintain the elderly in the community and is indicated as a way out of individuals who have stories of lives marked by neglect, poverty, low education and early loss of family. This article presents a report of Susan and Alvaro to start a reflection about possibilities of subjective survival, despite the difficulties imposed by the institutionalization process. These reports teach the history of the subject, its production within the institution, can be re-signified. The discussion guides for the need to preserve interactions, considering that language promotes changes and meanings supports the subject.*

**Keywords:** *Aging; Language; Institucionalization.*

## **Introdução**

A estimativa do envelhecimento populacional, juntamente com o decréscimo da população jovem no Brasil, têm proporcionado discussões acerca das condições de vida da população longeva, muitas vezes, desassistida pelas políticas de assistência ou relegadas às péssimas condições de vida em instituições ou domicílios (Siqueira, & Moi, 2006; Creutzberg, Gonçalves, & Sobottka, 2008). Pressupõe-se que a sociedade não acompanha integralmente as rápidas modificações demográficas impulsionadas pelo processo histórico-social brasileiro. Destaca-se a diminuição do número de membros familiares ao mesmo tempo em que há a saída da mulher para o trabalho fora de casa.

A Política Nacional do Idoso (Brasil, 1994) apresenta possibilidades de ações direcionadas ao público mais envelhecido. O idoso deve ser assistido pelo Estado, mas é prioridade da família responsabilizar-se pela sua sobrevivência<sup>1</sup>. Na ausência de programas eficazes que mantenham a permanência desta população na comunidade e juntamente com membros familiares, a Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI) é uma modalidade de proteção fora do alcance familiar (Creutzberg, Gonçalves, & Sobottka, 2008).

---

<sup>1</sup>Artigo 4º, parágrafo III; artigo 10, parágrafo I, linha a (Brasil, 1994).

Em geral, os moradores de ILPI são idosos fragilizados. Na maioria, são sujeitos oriundos de famílias com poucas condições financeiras, conforme observado na literatura (Siqueira, & Moi, 2006; Perlini, Leite, & Furini, 2007). Isso significa que esses locais são uma alternativa de cuidado aos idosos que não dispõem de outro meio de proteção e que, muitas vezes, são acometidos por debilidades e limitações. A literatura tem descrito que a instituição parece ser uma saída esperada para sujeitos que possuem histórias de vidas marcadas por negligências, pobreza, baixa escolaridade e perda precoce dos familiares (Marin, Miranda, Fabbri, Tinelli, & Storniolo, 2012). Sendo assim, a velhice é uma repetição de fases da vida marginalizadas pela sociedade.

A ILPI é um sistema social no formato de estabelecimentos subsidiados por políticas de atenção ao idoso, a fim de satisfazer necessidades humanas básicas de proteção, atenção e desenvolvimento cuja manutenção e fiscalização são asseguradas pelo Estatuto do Idoso (Creutzberg, Gonçalves, & Sobottka, 2008; Brasil, 2004). Alguns autores destacam o enfoque assistencialista das ILPIs determinado pela própria história que o termo “asilo”<sup>2</sup> carrega. Neste sentido, considera-se o fato de que essas instituições brasileiras funcionam nos modelos das instituições assistencialistas e de caridade, amplamente difundidas nos séculos XIX e XX. Estes locais, em geral, mantêm rotinas, dificultando, portanto, a expressão de diversas subjetividades. É comum as instituições apresentarem horários rígidos para realização da alimentação, medicação e higiene corporal, além de possíveis atividades de lazer, limitando consideravelmente a liberdade do idoso e desconsiderando qualquer flexibilização (Yamamoto, & Diogo, 2002). Esse caráter assistencialista possivelmente é justificado pelo baixo número de profissionais, ocasionando falta de assistência e sobrecarga aos trabalhadores da instituição. Assim, os asilos tornam-se verdadeiros lócus para a sobrevivência humana por oferecerem moradia e alimentação. Questiona-se se isso é suficiente quando refletimos sobre o homem em um paradigma da subjetividade.

Neste enfoque, as instituições com caráter asilar são muitas vezes referenciadas como verdadeiros espaços de morte subjetiva (Elias, 2001), acarretando perda dos laços significativos anteriores à institucionalização e incapazes de serem atualizados dentro da ILPI. As dificuldades de interação entre os idosos e o tempo ocioso deixam ver que as

---

<sup>2</sup> A Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG) propõe a revisão de nomenclatura asilo para ILPI. Optou-se por tratar de ILPI neste artigo, porém ressalta-se que substituir o termo não problematiza ou transforma as condições de existência destes locais, bastante influenciados por um modelo assistencialista (Pinto, & Simson, 2012).

instituições acabam sendo espaços marcados pela solidão (Elias, 2001). Assim, em uma ILPI as pessoas podem estar cercadas por outras, mas sem vínculo e significativa interação.

Segundo Marin *et al.* (2012), na maioria das vezes, o idoso que vive na ILPI é uma pessoa desmotivada, sem expectativas e, apenas com a esperança do retorno ao ambiente familiar. Sob o mesmo ponto de vista, Oliveira, Marcolino, e Andrade (2011) apontam que os idosos institucionalizados vivenciam maior dependência e estado de fragilidade, o que, conseqüentemente, influencia em modos distintos de conceber a velhice e a qualidade de vida. Assim, qualquer atividade proposta pela instituição poderá sofrer rejeição por se sentirem deslocados ou desmotivados. Afetados por esse discurso social sobre asilos, é comum os residentes se isolarem, não vivenciarem situações dialógicas e desenvolverem quadros de demência e depressão (Goldfarb, 2006).

Sob esta perspectiva crítica, a pesquisa é um recorte de uma mais ampla que teve como objetivo principal discutir e investigar sobre as relações existentes entre institucionalização, memória e linguagem. Partimos do pressuposto de que a rotina institucional favorece a alienação subjetiva, entendida como morte subjetiva (Messy, 1993) e, conseqüentemente, a fala perde sua função comunicativa e a memória fica apagada ou “presa” em vivências do passado, anterior à entrada na ILPI (Baldin, & Marcolino-Galli, 2014). No entanto, ao escutarmos as histórias dos idosos, dois grupos de idosos foram demarcados: (1) Idosos com fluência na narrativa autobiográfica e atividade diária bem definida na instituição; e (2) Idosos com dificuldades narrativas e sem atividade pré-determinada, apenas acompanhando os horários da ILPI.

Contrariando a literatura sobre institucionalização de idosos, como os estudos referidos nos parágrafos anteriores deste trabalho (Elias, 2001; Marin *et al.*, 2012), o primeiro grupo foi caracterizado por idosos ativos na ILPI, ou seja, eles desenvolvem suas atividades cotidianas com independência (higiene, alimentação, entre outras) e auxiliam na rotina institucional, como na limpeza, preparo das refeições e/ou controlando a entrada e saída de visitantes. Além disso, esses idosos aceitam participar de atividades propostas por estagiários de diversos cursos da graduação da universidade local, como as oficinas de estórias, jogos, entre outras. Quando narram suas histórias,

são fluentes, respondem ao outro com pertinência textual e coerência no tempo e realidade presente. O segundo grupo de idosos participantes são mais comprometidos cognitivamente e fisicamente. Eles não possuem atividades regulares dentro da ILPI e dificilmente acompanham as atividades propostas por pessoas da comunidade e/ou universidade no local. Suas narrativas repetem algumas histórias, são pouco elaboradas e afastadas da temporalidade atual.

Este artigo apresenta dois idosos do primeiro grupo descrito acima. O objetivo foi apresentar reflexão sobre o que sustenta um posicionamento ativo frente ao outro e à realidade institucional. Questiona-se: quais as marcas nas histórias desses sujeitos que desdobraram essa sobrevivência subjetiva? O que os mantém “vivos”, apesar dos limites impostos pela institucionalização? Esses dois relatos podem apontar mecanismos de resgates subjetivos que poderão ser operados nestas situações. Eles seguiram outro caminho e ensinam sobre isso. Parte-se, ainda, de um pressuposto que a fala e sua relação com o outro diz de um posicionamento subjetivo. Não é por acaso que os idosos mais ativos e participativos conseguem sustentar uma posição de narrador/falante.<sup>3</sup>

## Metodologia

Trata-se de um estudo descritivo, exploratório e interpretativo. A metodologia da pesquisa é qualitativa, desenvolvida a partir de entrevistas semiestruturadas realizadas com seis idosos residentes em uma Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI) de um município localizado no interior do estado do Paraná. Foram realizadas entrevistas com os participantes e o recorte apresentado neste artigo enfoca as questões relativas ao histórico e condições de vida de dois dos seis entrevistados.

O contato com os participantes aconteceu após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Centro-Oeste, sob o parecer n.º 101.703, respeitando a Resolução 466/2012 do CNS. Os critérios de seleção foram: ambos os sexos, 60 anos ou mais de idade e sete anos ou mais de moradia na ILPI. Entrevistamos idosos que tivessem vivido um período considerável de anos na instituição, sendo que

---

<sup>3</sup> Esse ponto de vista é apresentado e encaminhado pela “Clínica de Linguagem”, vertente teórico-clínica que estuda falas e escritas sintomáticas, a partir da filiação ao Estruturalismo Europeu e à Psicanálise.

sete anos está acima da média dos internos, em geral institucionalizados entre três e cinco anos.

A proposta de pesquisa foi apresentada aos idosos que preenchem os critérios de inclusão, informando sobre aspectos éticos. Os idosos que aderiram à pesquisa de forma randômica assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, sendo realizada a entrevista na sequência, individualmente. As entrevistas foram gravadas e transcritas em ortografia regular para análise posterior e ocorreram entre os meses de fevereiro e junho de 2013, após breve apresentação da pesquisa e convite aos idosos da instituição. Sob seu aceite, os objetivos da pesquisa foram apresentados e recolhidas suas assinaturas via Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

As perguntas questionaram os sujeitos sobre a infância, a família, o trabalho, como eles chegaram à instituição e rotinas atuais na ILPI, de forma aberta e pouco direcionada. As entrevistas visavam a deixar que o participante discorresse livremente suas memórias a partir de perguntas disparadoras abrangentes: Quem é sua família? O que o(a) senhor(a) pode dizer sobre sua infância? Como chegou à ILPI? O que fazia antes de chegar aqui? Como é seu dia a dia na instituição? Cada entrevista teve duração entre 30 e 40 minutos, foram gravadas em áudio e, posteriormente, transcritas na íntegra em ortografia regular.

As entrevistas foram analisadas a partir das reflexões encaminhadas pela abordagem denominada “Clínica de Linguagem”<sup>4</sup>. Um ponto de vista que, inicialmente, se propõe a enfrentar falas e escritas sintomáticas, mas que, pela aproximação à Psicanálise (hipótese do inconsciente) e ao Estruturalismo Europeu na Linguística (Saussure e Jakobson) abre possibilidades de outros diálogos em situações não clínicas, como o nosso caso.

Por essa via, a fala é sempre dependente da relação com o outro e não está submetida ao cognitivo e ao social. Isso porque a linguagem é anterior ao sujeito e, portanto, causa de haver sujeito (é-feito de linguagem). A fala não foi escutada apenas pelo seu efeito comunicativo, pelo seu significado, mas, principalmente, por aquilo que ela esconde e diz sobre a do sujeito, o qual se serve da cadeia em interrupções

---

<sup>4</sup> Proposta que se origina no grupo de pesquisa (CNPq) Aquisição, Patologias e Clínica de Linguagem, coordenado por Lier-De Vitto e Arantes, na PUC-SP/DERDIC/LAEL. Para um panorama sobre os trabalhos dos pesquisadores, sugerimos o livro “*Aquisição, Patologias e Clínica de Linguagem*”, organizado por Lier-DeVitto e Arantes (2006).

inesperadas. Desse modo, falante e sujeito não são instâncias coincidentes (Fonseca, & Lier-DeVitto, 2012). Escutamos a relação entre os falantes (idosa e investigadora) e, também, uma posição subjetiva.

Este trabalho apresenta os dados coletados de Álvaro, com 69 anos, e Suzana<sup>5</sup>, com 71 anos. O período de institucionalização é respectivamente de nove e vinte anos. Quanto ao estado civil, Álvaro é divorciado, pai de quatro filhos; e Suzana é solteira, sem filhos.

## Resultados e Discussão

Para entendermos um pouco mais sobre as condições de moradia e a rotina de Álvaro e Suzana, apresentaremos, brevemente, algumas características da ILPI que eles residem. Trata-se de uma instituição filantrópica, recebendo ajuda de terceiros (doações), com recurso financeiro bastante escasso, o que possibilita apenas desenvolver cuidados básicos como abrigo, higiene e alimentação. A instituição é composta por 78 internos sendo que 37 são homens e 41 mulheres. Entretanto, não é exclusivamente para idosos, visto que 26 pessoas têm idade inferior a 60 anos.

Essa instituição possui apenas 15 funcionários, o que dificulta o trabalho de cuidados e, por isso, os idosos mais independentes auxiliam nos serviços. Não há oferta de lazer e outras atividades, exceto pelas “rodas de chimarrão”, sustentadas por alguns moradores.

Álvaro e Suzana são idosos que, apesar de estarem há vários anos institucionalizados, interagem com os outros idosos, apresentam fala bem articulada, com coerência textual e seguem a rotina institucional. Como já dissemos, eles ultrapassam, do ponto de vista subjetivo, os efeitos da institucionalização comumente descritos pela literatura, como graduais dificuldades, principalmente cognitivas, fruto de poucas situações de interação que as ILPIs oferecem a seus internos (Debert, 1999; Camarano, 2007; Mucida, 2004; 2009). Ambos receberam a investigadora com disponibilidade e bom-humor, responderam às perguntas sem hesitações e narraram de forma relativamente sequencial as indagações e os fatos de suas vidas. Suas biografias

---

<sup>5</sup> Seus nomes são fictícios para preservar suas identidades.

se aproximam às pessoas que trabalharam muito, desde crianças, e que saíram de casa para poderem sobreviver. Trabalharam em casas de outras pessoas e foram encaminhados à ILPI por não terem condições financeiras para continuar vivendo em sociedade. Os dois são ativos na instituição, responsabilizando-se por atividades distintas na rotina: Álvaro monitora o portão e a entrada e saída de visitantes; enquanto Suzana auxilia na limpeza e na cozinha do local. Seguem abaixo os relatos pormenorizados dos idosos.

### Álvaro

Álvaro responde às perguntas da investigadora com longos turnos de fala e mantém sua posição de narrador no diálogo apresentando fala bem encadeada. O idoso possui 69 anos, residindo na ILPI há nove anos. Aparece ser bastante lúcido, embora com comprometimento auditivo que dificulta seu entendimento em conversas com outros. Relatou que a permanência na entidade aconteceu por vontade própria após várias entradas e saídas, até que resolveu ficar definitivamente, visto a dificuldade em conseguir sobreviver sozinho fora da ILPI por não conseguir se manter financeiramente após o divórcio com a esposa e por falta de trabalho. Ou seja, Álvaro decidiu pela institucionalização por não poder se manter economicamente fora dela. Destaca-se que a entrada na instituição decorre de um posicionamento – **ele decide** – e não é trazido por alguém ou encaminhado por profissionais. Com relação a isto, o relatório do IPARDES (2008) aponta que parcela considerável dos idosos que residem em ILPIs são encaminhados pela família, pela assistência social ou por amigos e vizinhos, permanecendo lá até a morte.

Pode-se dizer que essa decisão tem um efeito positivo no processo de institucionalização de Álvaro e diz sobre sua subjetividade – desejar estar ali depois de idas e vindas.

Com a esposa, teve quatro filhos, três meninas e um menino, hoje adolescentes e aos quais raras vezes vê, pois poucas vezes foram visitá-lo na instituição. Sorri muito ao falar desses filhos e seu tom de voz é calmo e amigável. Recordar-se do nome de todos e

de suas idades, respondendo de forma indireta à pergunta: “*o mais velho tem 16, é um rapazinho. Aí tem a G., que está com a minha irmã. E aí tem a I., e a J., que é a mais nova*”.

Acerca de sua rotina no asilo, relata com orgulho o trabalho desempenhado nos turnos diários no portão de entrada da instituição, o qual divide com outra interna. Apontou que foi ele quem organizou os horários, sozinho, após perceber que era necessário manter controle da entrada e saída de pessoas no local. Quando questionado sobre sua família, contou que os pais faleceram quando estavam com 30 e 40 anos. Álvaro viveu com eles por pouco tempo, pois o pai era alcoolista e o expulsou de casa antes de completar sete anos. Foi acolhido por uma família que lhe deu moradia e trabalho - vendia verduras na rua. Permaneceu nesta situação por muitos anos, quando a família mudou de cidade e o pai não lhe permitiu ir junto. Com a partida da família, foi morar com um tio e, nesta estada vendia doces e trabalhava em um bar, por comissão. Viveu ali até os 17 anos, quando foi convocado a servir o exército. Na sequência, voltou para a casa dos tios até que o pai ficou doente e pediu que retornasse para casa, o que fez.

Em sua juventude e vida adulta, trabalhou em vários locais e com várias funções, mas quando o pai faleceu, voltou a morar na cidade e “*aí acabou a festa. Eu vim para cá*”. Para ele, não é possível acostumar-se à vida institucionalizada: “*aqui eu não acostumo. Não me serve isto aí. (...) Não me serve esse povo que tem aí*”. Apesar das barreiras sociais, mantém-se falando sobre notícias que vê no jornal, futebol e política: parece recusar se deixar “cristalizar pela rotina institucional” (Debert, 1999; Camarano, 2007; Mucida, 2004; 2009). Assim, indaga-se acerca do que o manteria naquele espaço, se possui boa cognição e mobilidade, inclusive não se sentindo pertencente ao local.

Interessante é que ele mesmo questiona sua permanência na instituição, que optou por viver: “*fui trabalhar de pedreiro. E é o que eu gostei mais, de pedreiro, pintor, encanador. De tudo. Daí acabou a festa. Eu vim para cá (risos)*”. Ou seja, ele teve vida familiar, profissões, foi uma pessoa ativa e, atualmente, se mantém na realidade e sem queixa de *déficit* cognitivo, tendo como única justificativa para a institucionalização a questão financeira: “*não tinha um trabalho. Ficava em casa arrumando trabalho*”.

A literatura afirma que, muitas vezes, os programas de assistência social dos municípios não conseguem outros meios eficazes para resolver situações de vulnerabilidade; sendo assim, a ILPI acaba sendo a alternativa mais viável (Bastos, & Rocha, 2011; Marin *et al.*, 2012), embora o encaminhamento primário do idoso para ILPI, sem esgotar outras possibilidades, seja contrário ao que preconiza o Estatuto do Idoso com relação aos cuidados profissionais especializados para a pessoa idosa, atentando para suas potencialidades e habilidades de forma remunerada. Assim, é preconizando a assistência no domicílio com ênfase na promoção da saúde, prevenção de incapacidades e manutenção da capacidade funcional do idoso dependente (Brasil, 2004).

Quando isso não é efetivo, diversas são as perdas que o idoso institucionalizado precisa enfrentar, justificando grande incidência de estados depressivos, sentimentos de solidão e limitação das possibilidades de uma vida ativa em situações de institucionalização (Danilow, Moreira, Vilela, Barra, Novaes, & Oliveira, 2007). Sob a mesma ótica, aponta-se que este idoso está vivenciando uma espécie de isolamento, privado de suas atividades familiares e sociais (Tier, 2006). Assim, vive inúmeras limitações e embora tenha monitoramento da sua saúde física, não possui mobilidade social, afetiva e sexual, nem autonomia financeira. Questiona-se se ele teria na atualidade condições de vida distintas daquelas que vivenciou ao longo da vida.

O estudo desenvolvido com esses idosos residentes em uma ILPI localizada no interior do estado de São Paulo destacou que é comum a pouca condição socioeconômica durante todo o curso da vida dos sujeitos institucionalizados. Os autores afirmaram que os idosos perderam precocemente o núcleo familiar, têm baixa escolaridade e vivenciaram o trabalho infantil ao lado de raros vínculos afetivos (Marin *et al.*, 2012). Embora os pais de Álvaro tenham falecido quando ele já era adulto, saiu aos sete anos de casa, com uma infância sempre marcada pelo trabalho.

O caso de Álvaro é exemplar da pouca efetividade das políticas de assistência às mais diversas populações. Aponta-se que tratar do humano e do social traz à tona a complexidade de se pensar e efetuar práticas que coloquem em ação os dispositivos das redes sociais sem agir de forma assistencialista e sem tornar os sujeitos passivos. Idosos

com boas condições físicas e mentais, como o Álvaro, não deveriam ser encaminhados, como exclusão social, à ILPI (Bastos, & Rocha, 2011).

Quando as políticas de assistência previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) são acessadas e executadas permitem desencadear ações pontuais rápidas para o jovem e para sua família, certamente diminuindo a probabilidade de que as pessoas envolvidas mantenham as mesmas relações de dificuldade ao longo da vida (Marin *et al.*; Bastos, & Rocha, 2011).

Destacam-se dois pontos que a entrevista com Álvaro pôde mostrar: 1. Motivo da institucionalização. 2. Manutenção da atividade e da interação com o outro.

O primeiro ponto diz respeito à decisão de Álvaro pela assistência da ILPI devido as suas condições financeiras. Ressalta-se que ele não apresentava dependência para atividades da vida diária, como higiene e alimentação, o que não é comum na institucionalização. A literatura é unânime em apresentar o problema: o idoso com boas condições físicas e mentais desprovido de ações sociais previstas no estatuto do idoso, muitas vezes, opta pela institucionalização (Siqueira, & Moi, 2006; Brasil, 2004). Entretanto, sabe-se que o processo de institucionalização pode fragilizar, ainda mais, o idoso e promover estados mentais que o afastam da realidade com o outro, efeitos do encaminhamento a que a institucionalização o leva e, por consequência, à morte subjetiva (Elias, 2001), quanto a casos de depressão e ideias suicidas presentes em outros estudo (Danilow *et al.*, 2007). Efetivamente as instituições parece se apresentar para estas subjetividades como espaços solitários (Elias, 2001).

Este fato tão frequente na ILPI é notado quando Álvaro diz: “*não me serve esse povo que tem aí*”. Ou seja, ele nota a sua diferença em relação aos outros internos. Este é o segundo ponto, já que Álvaro mora há nove anos na ILPI e desempenha seu papel que o manteve na diferença entre os outros moradores – uma posição subjetiva o sustentou, qual seja, que sua velhice não é semelhante àquelas que ele vê todos os dias. Apesar de a instituição não ofertar atividades e não se preocupar com a necessária continuidade do trabalho, ele conseguiu mecanismos para se manter atuando e, provavelmente, preserva a relação com o outro e com a realidade.

## Suzana

Assim como Álvaro, Suzana é uma das moradoras da ILPI que mais interage com os demais internos e com os visitantes. Prontamente e muito alegremente se dispôs a participar desta pesquisa. Ela respondeu a todas as perguntas a que foi indagada e, até certo ponto, encadeia sua fala. Diante das perguntas, Suzana respondeu, mas foi a investigadora quem articulou a narrativa autobiográfica da idosa.

A idosa vive há 20, de seus 71 anos, na ILPI. Foi levada ao local pelo sobrinho da dona da casa em que trabalhava cuidando de uma idosa e realizando os serviços domésticos. No que diz respeito à família, contou que teve apenas um irmão e que os pais faleceram em sua vida adulta. Durante a entrevista, relatou repetidamente que a patroa a tratava muito mal, inclusive provocando queimaduras com panelas quentes em seu corpo. Todo o seu relato está centrado no trabalho e nos maus-tratos da patroa, afirmados e reafirmados na mesma fala. Os fragmentos abaixo (1, 2 e 3), deixam ver a repetição da história dos “maus-tratos” no trabalho.

Fragmento 1:

I1: Como a senhora chegou aqui?

S2: *“Eu vim internada com um sobrinho da patroa em que eu estava. Ela me maltratava, era ruim, aí ele me trouxe aqui. Me maltratava muito e ele me trouxe aqui”.*

I3: A senhora morava com essa família? Com a tua patroa? A senhora fazia trabalhos lá?

S8: *“(...) Eu cuidava dela e fazia o serviço. Ela judiava de mim e eu saí, o sobrinho dela me trouxe para cá. Ele já é morto, o J.P.”*

Fragmento 2:

I23: Quando sua mãe faleceu foi que a senhora foi morar com essa outra família?

S24: *“É. Eu morava aqui, em (nome da cidade). Com aquela velha que eu morava, ela me judiava e foi aí que eu vim morar para cá. Fazia um ano que eu estava aqui, ela morreu. Mas ela era muito*

*brava. Judiava de mim. Daí o sobrinho dela arrumou e eu vim para cá.”*

### Fragmento 3

I37: Já aconteceu de alguém perguntar alguma coisa e a senhora não lembrar?

S38: *“Ah, assim, de no que eu trabalhava. Eu trabalhava lá em (nome de cidade), em (nome de outra cidade). Depois que eu vim para cá que eu fui morar com essa senhora e ela era ruim e eu vim para cá. Agora ela morreu”.*

A relevância deste fato passado em sua vida continua sendo repetido na vida presente, uma vez que não consegue passar para outros temas dialógicos, sem deixar de lembrar essa marca em sua memória (Marcolino-Galli, 2013). O motivo da institucionalização, neste caso, está atrelado à violência sofrida desde a infância. Pode-se dizer que é a repetição da violência sentida agora devido às vivências em sua condição de idosa institucionalizada (Danilow *et al.*, 2007).

Atualmente, a idosa possui atividades diárias na ILPI, relatando que *“eu ajudo lá na cozinha. [Para] lavar verdura, enxugar a louça, cortar as verduras para fazer o almoço”*. Ela se orgulha deste “trabalho”, conforme se percebe em seu semblante altivo ao falar disto durante a entrevista, inclusive sendo outro aspecto retomado mais de uma vez durante a entrevista. Da mesma forma, se orgulha de ter permanecido 40 anos de sua vida dedicando-se a servir outros. No entanto, em conversa informal, Suzana apontou em tom de indignação que nunca recebeu nada por todos os anos de trabalho, nem mesmo uma casa para morar e cuidar de sua vida após o falecimento da patroa. Percebemos, neste sentido, que todo e qualquer direito trabalhista foi violado na vida de Suzana – entre eles o direito das empregadas domésticas a salário fixo, férias, 13º salário e aposentadoria – algo ainda muito recente nas leis brasileiras, sancionada no final do ano de 2010 e que exige que empregadas domésticas assinem contratos conforme a CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), ou seja, garantindo os meus direitos que qualquer outro profissional empregado formalmente via CLT (Brasil, 2010).

Suzana, assim como Álvaro, são vítimas de políticas de assistência pouco efetivas. Enquanto Álvaro é o exemplo claro de uma pessoa que não precisaria estar habitando uma ILPI se houvesse sido assistido por políticas de assistência efetivas quando jovem, Suzana sustenta sua fala que nos remete às políticas de Trabalho, principalmente no que diz respeito à aposentadoria, direito não adquirido. Ela se sustenta em uma fala repetida acerca dos longos anos de trabalho sem recompensa alguma e dos maus-tratos ainda muito vivos em sua memória.

Chama a atenção, no entanto, que há uma garantia do direito de receber um benefício equivalente ao valor do salário mínimo para que o idoso que não tenha condições financeiras de se manter sozinho possa fazê-lo, conforme a Lei que dispõe sobre a organização da Assistência Social (Brasil, 2011, artigo 2º).

Outra alternativa interessante e que carece de incentivos em nosso país é o investimento em moradias para idosos com baixo grau de dependência, ao estilo dos Residenciais Terapêuticos destinados aos usuários de Saúde Mental. Conforme a Portaria n.º 106/2000 (Brasil, 2000), em tais residenciais, os usuários que residiram em manicômios e hospitais psiquiátricos por muito tempo têm a possibilidade de se reaproximarem da vida em comunidade, com acompanhamento terapêutico como facilitação no processo, auxiliando-os com aquilo que não conseguem fazer sozinhos, por exemplo, a administração de medicação ou financeira.

Suzana, ao circular no discurso em torno dos maus-tratos da patroa, não narrou muito sobre sua história. Isto pode vir ao encontro das considerações de outros autores (Marin *et al.*, 2012) de que a velhice não é uma fase da vida muito distinta das demais e que as limitações e dificuldades vivenciadas na velhice institucionalizada já são conhecidas pelos idosos de outros momentos de suas vidas. Isso porque, esses idosos trabalharam na infância, algo comum em uma sociedade dominada pelo meio de produção capitalista: as pessoas são educadas para o trabalho desde cedo (Hashimoto, 2010). Assim, não é por acaso que o tempo dito de produção geralmente é um dos mais significativos para qualquer cidadão ocidental, havendo na literatura sobre o envelhecimento e a velhice em si (Bosi, 1994), assim como em toda a obra marxista exemplos claros e ricos do quanto o trabalho é necessário para o homem humanizar-se.

Como Álvaro, ela consegue manter a interação e sustenta um “trabalho”, como ela disse, na ILPI. O que se assemelha nessa “sobrevivência subjetiva” entre os dois é a face imaginária que um sujeito se mantém frente à realidade. Suzana continua “trabalhando”, como sempre fez a vida toda e aceita, mesmo que não receba um salário, e ela reclama disso. Álvaro decidiu viver ali e se mantém na diferença, não dependente e não semelhante aos outros moradores. Neste sentido, cada história deveria ser ressignificada na instituição. A linguagem e a escuta para essas histórias é uma ferramenta crucial para uma operação de ressignificação. É pertinente se pensar na manutenção da independência dos idosos institucionalizados que, embora possuam limitações sociais, mantêm-se ativo e podem realizar atividades cotidianas para além do autocuidado. Em uma realidade social em que as ILPIs evidenciam falta de funcionários (Yamamoto, & Diogo, 2002) e ausência de atividades ofertadas pela instituição ou pessoas e entidades de fora dela (Debert, 1999; Camarano, 2007), atribuir tarefas comuns à vida institucional, como se aquele espaço também fosse uma continuidade da vida deles e uma forma de produção significativa, pode ser uma forma de manter laços e posicionamentos mais ativos.

### **Considerações Finais**

Com base nas histórias de vida de uma idosa e de um idoso residentes em ILPI, é mostrado que os motivos da institucionalização estão relacionados às dificuldades socioeconômicas enfrentadas ao longo da vida. Diante disso, pode-se afirmar que não ocorreu, nesses dois casos, efetividade nas políticas de assistência social, uma vez que os relatos e as informações sociodemográficas dos participantes confirmam a hipótese de que pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade social ao longo da vida mantêm-se sob estas condições na velhice.

A pesquisa aqui apresentada destaca que a institucionalização, que deveria ser a última alternativa na vida de um idoso, tem sido a possibilidade mais viável para acolher pessoas que não possuem condições financeiras para se manterem vivendo em sociedade – mesmo quando preservando boas condições físicas e mentais para habitarem residências comuns. Nesse sentido, há carência de incentivos do Estado na

direção de estratégias e políticas de assistência e a emergência de estratégias sustentadas pela lógica assistencialista.

Para além dos custos financeiros de manter estabelecimentos como ILPIs, há também os custos individuais e sociais de manter um cidadão institucionalizado. Dessa forma, para corroborar e fortificar a necessidade de políticas assistenciais, está o fato de que os entrevistados, assim como grande parte dos residentes na ILPI desta pesquisa, provêm de situações em que houve perda do núcleo familiar precocemente e que não constituíram família na vida adulta, ou seja, são idosos sem filhos e com baixas escolaridade e condições socioeconômicas e não assistidos por políticas de assistência sem enfoque institucional.

Suzana e Álvaro são exceções porque, de certa forma, mantiveram-se ativos e com tarefas significativas, com caráter de trabalho para eles. Apesar do processo de institucionalização, eles sobrevivem subjetivamente. Isso porque, suas tarefas foram ressignificadas a partir das suas experiências anteriores. Eles se posicionam frente à rotina institucional. Ele não parece ter os limites dos outros moradores e ela continua “trabalhando”.

São reconhecidas as limitações da pesquisa, dada a pequena amostra de participantes diante da complexidade da temática, abrindo espaço para outros estudos que possam investigar as relações existentes entre políticas de assistência, direitos trabalhistas e a institucionalização de idosos, bem como outros caminhos para possíveis investigações apontados com a investigação.

## Referências

Baldin, T., & Marcolino-Galli, J. (2014, junho). Considerações sobre sujeito, memória e linguagem, a partir da escuta dos relatos de duas idosas institucionalizadas. São Paulo (SP): *Revista Kairós Gerontologia*, 17(2), pp.153-177. URL: <http://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/21705/15961>.

Bastos, C.P.S., & Rocha, M.L. (2011). Territórios em comum nas políticas públicas: psicologia e assistência social. *Psicologia & Sociedade*; 23 (3): 634-636. Recuperado em 01 julho, 2014, de: <http://www.ufrgs.br/seerpsicoc/ojs2/index.php/seerpsicoc/article/view/3335/1997>.

Bosi, E. (1994). *Memória e Sociedade: Lembranças de velhos*. (3ª ed.). São Paulo (SP): Companhia das Letras.

Brasil. (1994). Política Nacional do Idoso. *Lei n.º 8.842*, de 4 de janeiro de 1994. Disponível Recuperado em 16 setembro, 2014, de: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8842.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8842.htm).

Brasil. (2000). Portaria n.º 106, de 11 de fevereiro de 2000. Institui os Serviços Residenciais Terapêuticos. Recuperado em 01 julho, 2014, de: [http://dtr2004.saude.gov.br/susdeaz/legislacao/arquivo/27\\_Portaria\\_106\\_de\\_11\\_02\\_2000.pdf](http://dtr2004.saude.gov.br/susdeaz/legislacao/arquivo/27_Portaria_106_de_11_02_2000.pdf)

Brasil. (2004). Estatuto do Idoso. *Lei n.º 10.741*, de 01 de outubro de 2003. Recuperado em 03 setembro, 2014, de: [http://www.amperj.org.br/store/legislacao/codigos/idoso\\_L10741.pdf](http://www.amperj.org.br/store/legislacao/codigos/idoso_L10741.pdf).

Brasil. (2010). Portal Brasil. Nova lei do trabalho doméstico começa a valer a partir desta quarta-feira (3). Recuperado em 03 setembro, 2014, de: <http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2013/04/03/nova-lei-do-trabalho-domestico-comeca-a-valer-a-partir-desta-quarta-feira-3> Acesso 03/09/2014

Brasil. (2011). Lei n.º 12.435, de 6 de julho de 2011. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Recuperado em 01 julho, 2014, de: [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Lei/L12435.htm#art1](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12435.htm#art1).

Camarano, A.M. (2007). Instituições de longa permanência e outras modalidades de arranjos domiciliares para idosos. In: Neri, A.L. (Org.). *Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na Terceira Idade*, pp. 169-190. São Paulo (SP): Editora Educação Perseu Abramo.

Creutzberg, M., Gonçalves, L.L.H.T., & Sobottka, E. (2008, abr-jun.). Instituição de longa permanência para idosos: a imagem que permanece. Florianópolis (SC): *Texto Contexto Enferm*, 17(2), 273-279. Recuperado em 01 julho, 2014, de: <http://www.scielo.br/pdf/tce/v17n2/08.pdf>.

Danilow, M.Z., Moreira, A.C.S., Vilela, C.G., Barra, B.B., Novaes, M.R.C.G., & Oliveira, M.P.F. (2007, jan./mar.). Perfil epidemiológico, sociodemográfico e psicossocial de idosos institucionalizados do Distrito Federal. *Comun. Ciênc. Saúde*, 18(1), 9-16. Recuperado em 01 dezembro, 2014, de: [http://www.escs.edu.br/pesquisa/revista/2007Vol18\\_1art01perfil.pdf](http://www.escs.edu.br/pesquisa/revista/2007Vol18_1art01perfil.pdf).

Debert, G.G. (1999). *A Reinvenção da Velhice: Socialização e Processos de Reprivatização do Envelhecimento*. São Paulo (SP): EDUSP.

Debert, G.G. (1999). *A Reinvenção da Velhice: Socialização e Processos de Reprivatização do Envelhecimento*. São Paulo (SP): EDUSP.

Elias, N. (2001). *A solidão dos moribundos – seguido de “Envelhecer e morrer”*. Rio de Janeiro (RJ): Jorge Zahar.

Fonseca, S.C., & Lier-DeVitto, M.F. (2012). Hesitações e pausas como ocorrências articuladas. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, 54, 67-80. Campinas (SP): Unicamp. Recuperado em 08 julho, 2014, de: <http://revistas.iel.unicamp.br/index.php/cel/article/view/2583>.

Goldfarb, D.C. (2006). Velhices fragilizadas: espaços e ações preventivas. In: *Velhices: reflexões contemporâneas*. São Paulo (SP): Editora PUC-SP/SESCSP.

Hashimoto, F. (Org.). (2010). *Psicologia e Trabalho: Desafios e Perspectivas*. Assis (SP), UNESP: Universidade Estadual Paulista. (528 p.).

Lier-De Vitto, M.F., & Arantes, L. (2006). *Aquisição, Patologias e Clínica de Linguagem*. São Paulo (SP): EDUC.

Marcolino-Galli, J.F. (2013). *A relação memória-linguagem nas demências: abrindo a caixa de Pandora*. São Paulo (SP): PUC-SP. Tese de doutorado em Linguística aplicada e estudos da linguagem. (156 p.).

Marin, M.J.S., Miranda, F.A., Fabbri, D., Tinelli, L.P., & Storniolo, L.V. (2012). Compreendendo a história de vida de idosos institucionalizados. Rio de Janeiro (RJ): *Rev. Bras. Geriatr. Gerontol.*, 15(1), 147-154. Recuperado em 01 julho, 2015, de: <http://www.scielo.br/pdf/rbgg/v15n1/16.pdf>.

Messy, J. (1993). *A pessoa idosa não existe. Uma abordagem psicanalítica da velhice*. José de Souza e Mello Werneck, Trad. São Paulo (SP): Aleph.

Mucida, A. (2004). *O sujeito não envelhece: psicanálise e velhice*. Belo Horizonte (MG): Autêntica.

Mucida, A. (2009). *Escrita de uma memória que não se apaga – envelhecimento e velhice*. Belo Horizonte (BH): Autêntica.

Oliveira, J.P., Marcolino, J.F., & Andrade, M.S. (2011). A formação do cuidador de idosos institucionalizados: ênfase na rotina de alimentação. Porto Alegre (RS): *Estudos interdisciplinares sobre o envelhecimento*, 16(2), 199-214. Recuperado em 08 julho, 2015, de: <http://seer.ufrgs.br/RevEnvelhecer/article/view/12428>.

Perlini, N.M.O.G., Leite, M., & Furini, A.C. (2007). Em busca de uma instituição para a pessoa idosa morar: motivos apontados por familiares. *Rev Esc Enferm USP*, 41(2), 229-236. Recuperado em 01 julho, 2015, de: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0080-62342007000200008&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0080-62342007000200008&script=sci_arttext).

Pinto, S.P.L.C., & Simson, O.R.M.V. (2012). Instituições de Longa Permanência para Idosos no Brasil: Sumário da Legislação. Rio de Janeiro (RJ): *Rev. Bras. Geriatr. Gerontol.*, 15(1), 169-174. Recuperado em 01 julho, 2014, de: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1809-98232012000100018&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1809-98232012000100018&script=sci_abstract&tlng=pt).

Siqueira, M.E.C., & Moi, R.C. (2006). Estimulando a memória em Instituições de Longa Permanência. In: Simson, O.R.M.V., Neri, A.L., & Cachioni, M. (Orgs.). *As múltiplas faces da velhice no Brasil*, 165-186. (2ª ed.). Campinas (SP): Alínea.

Tier, C.G. (2006). *Depressão em idosos residentes em uma Instituição de Longa Permanência (ILP): identificação e ações de enfermagem e saúde*. Rio Grande do Sul: Dissertação de mestrado em Enfermagem. Fundação Universidade Federal do Rio Grande.

Yamamoto, A., & Diogo, M.J.D. (2002, set.-out.). Os idosos e as instituições asilares do município de Campinas. *Rev Latino-Am Enfermagem*, 10(5), 660-666. Recuperado em 01 julho, 2015, de:  
<http://www.revistas.usp.br/rlae/article/viewFile/1702/1747>.

Recebido em 16/09/2014

Aceito em 30/11/2014

---

**Talita Baldin** - Psicóloga pela Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO, Mestranda em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense.

E-mail: talitah\_0507@yahoo.com.br

**Juliana Ferreira Marcolino-Galli** – Fonoaudióloga, Mestre e Doutora em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem (PUC-SP). Docente do Departamento de Fonoaudiologia e do Programa de Pós-Graduação, Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO.

E-mail: jumarcolino@hotmail.com